

RESUMO

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos: Trajetórias Domésticas da Negociação

O Acordo Nuclear Civil entre Estados Unidos e Índia anunciado, em 2005, por chefes de Estado e Governo, com o compromisso de atender completa cooperação na área de energia nuclear e comércio, foi implementado após aprovações legislativas em 2008. Estabeleceu-se inicialmente que o Congresso norte-americano ajustaria suas leis para efetivar o acordo e a Índia separaria seus programas militar e civil. Dentro de uma recente parceria estratégica indo-americana, o acordo se destaca pela condição da Índia ser um estado com capacidade nuclear e não signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear. O texto analisa o processo e as votações no Congresso norte-americano e Parlamento indiano, visto que a Índia apresentava fortes oposições internas e os Estados Unidos tiveram que alterar legislações.

Palavras-chave: *Índia; Estados Unidos; Acordo Nuclear Civil; Trajetórias Domésticas.*

ABSTRACT

Nuclear Deals between India and United States: domestic negotiation paths

There is currently a movement of ascension of self-proclaimed center-left governments in South America. The administrations of Lula, in Brazil, and Néstor and Cristina Kirchner, in Argentina, were part of this movement. Initially, there were expectations around the convergence of their foreign policies in favor of a kind of regional integration oriented by economic and social development. However, these expectations failed to materialize. This article aims to analyze the reasons behind the impasses in integration process between Brazil and Argentina. The governments of both countries recognized the importance of their strategic partnership on the regional integration impulse and on the competitiveness of their industries in the international markets. However, Brazil-Argentina relations were strongly influenced by their respective domestic development strategies. There was no sharing of their development strategies, but the defense of domestic industries, which eventually slowed down the integration process.

Keywords: *Development; integration; Lula; Néstor Kirchner; Cristina Kirchner.*

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos: Trajetórias Domésticas da Negociação¹

Sandra Aparecida Cardozo²

INTRODUÇÃO

Em julho de 2005, o Primeiro Ministro indiano Manmohan Singh, em visita a Washington, e o Presidente norte-americano George Bush iniciaram uma nova fase nas relações bilaterais entre Índia e Estados Unidos. Na ocasião, anunciaram um Acordo Nuclear Civil entre seus países, com o propósito estrito de atender uma completa cooperação de energia nuclear civil e comércio. Naquele momento, ficou estabelecido que o Congresso norte-americano ajustaria suas leis para efetivar o acordo e a Índia separaria seus programas militar e civil, com salvaguardas internacionais e padrões determinados pela AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica).

Do lançamento do acordo até 2008, quando foi ratificado pelo Parlamento indiano – Lok Sabha – e aprovado no Congresso norte-americano, ambos governos travaram processos de negociações internas para a efetivação e implementação do entendimento proposto em 2005.

O governo norte-americano justificou o acordo pela condição da Índia ser um “estado responsável com tecnologia nuclear avançada”, diferente do termo “potência nuclear” que concede o status de poder nuclear a um país, ponto polêmico para a não proliferação nuclear.

Este Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos é considerado divisor de águas nas relações entre os dois países. Como se nota, a Índia já sofreu várias sanções norte-americanas. Em 1974, após testes nucleares indianos, o governo norte-americano suspendeu ajuda econômica à Índia e exigiu as salvaguardas da AIEA (Agência Internacional de Energia Nuclear) para qualquer tipo de assistência econômica e militar aos países que processas-

1 A primeira versão deste texto foi apresentada no 34º Encontro Anual da Anpocs em 2010.

2 Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia/Instituto de Economia.

sem materiais que pudessem ter finalidade dual de energia nuclear. Em 1998, novos testes nucleares acionados pela Índia afirmaram a condição do país como detentor de arsenais nucleares e, como consequência, novas sanções foram impostas pelos EUA. No entanto, a concepção do governo G. W. Bush, fortemente elaborada por neo-conservadores, feriu determinações do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) e aderiu à noção difusa de que o importante não é saber se um país tem ou não armamentos nucleares e sim o caráter, “responsável ou não”, de quem os usam. A Índia, país nuclear e não signatária do TNP, propiciou que este Acordo Nuclear Civil se tornasse histórico nas relações entre os dois países.

Para a efetivação do Acordo Nuclear Civil houve a necessidade de mudança da legislação norte-americana que regulamenta o uso da energia nuclear, o Atomic Energy Act 1954. Em 2006, então, o Congresso norte-americano aprovou a legislação que rege o suprimento e comércio nuclear com a Índia, o United States - India Peaceful Atomic Energy Cooperation Act of 2006. Este documento isenta a Índia de seguir o Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

O texto do acordo entre os dois países foi finalizado em 2007 e passou a ser conhecido como 123 Agreement. Em agosto de 2008, a Agência Internacional de Energia Atômica através dos 35 membros do Conselho de Governadores aprovou, por unanimidade, a cooperação civil nuclear entre Índia e Estados Unidos. Em setembro do mesmo ano, o Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG – Nuclear Suppliers Group), que regula o comércio nuclear, também aprovou a proposta de suspender as restrições globais para a venda de tecnologia nuclear civil à Índia. No entanto, no parlamento indiano os partidos de esquerda demandaram ampla discussão com a UPA – United Progressive Alliance –, coalizão governamental.

O ponto polêmico para a Índia estava na possibilidade do Acordo Nuclear Civil afetar pontos de interesse do país. Desta forma, sob a ótica do governo indiano, não haveria impacto adverso no programa nuclear estratégico do país e, como vantagem, o país poderá compartilhar tecnologia nuclear e combustível com outros países. O governo indiano conseguiu voto de confiança em julho de 2008 no Parlamento e aprovação para a assinatura do acordo com os Estados Unidos ainda em 2008.

Na Índia, o receio dos oposicionistas era de que as lideranças indianas passassem a ver a política do Sul da Ásia através das lentes estratégicas dos Estados Unidos. Mas, no final do processo, o acordo foi considerado uma vitória da diplomacia indiana, um exercício da política externa independente como projeto de grande potência.

Em termos gerais, os holofotes ao acordo provêm do caráter da recente parceria estratégica indo-americana, dada a condição da Índia ser um país com capacidade nuclear e não signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear. Condição que recai sobre aspectos regionais, visto que o Sul Asiático é uma região de conflitos arraigados – particularmente entre Índia e Paquistão –, sobre a dinâmica internacional da não proliferação nuclear e sobre a campanha norte-americana contra a política iraniana de energia nuclear.

Este artigo demonstra como as questões relativas a não proliferação nuclear estiveram no centro das relações indo-americanas desde 1974 quando a Índia tomou uma perspectiva de desafio ao sistema de grandes poderes através dos testes nucleares. Dentro desta trajetória, apresenta-se como objetivo, num processo de aproximação entre Índia e Estados Unidos,

demonstrar como o Congresso norte-americano ajustou suas leis para efetivar o Acordo Nuclear Civil e como a Índia, com fortes oposições internas, se comprometeu em separar seus programas militar e civil. O texto analisa o processo e as votações no Congresso norte-americano e Parlamento indiano.

RELAÇÕES INDO-AMERICANAS: OS EFEITOS DE 1974 E A CRIAÇÃO DA ESTRUTURA DE UM NOVO REGIME NUCLEAR INTERNACIONAL

Na Índia, a não adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear e o desenvolvimento do programa nuclear estão não somente relacionados aos conflitos regionais, mas fundamentalmente aos propósitos de uma política externa autônoma. Estas concepções têm origem na própria formação dos interesses nacionais pós-independência e foram ressignificadas no período da Guerra Fria. Os primeiros testes nucleares da Índia em maio de 1974, conhecidos como First Pokharan Test e chamados PNE (peaceful nuclear explosion), são compreendidos, portanto, através da conjunção dos vetores da política externa e dos conflitos regionais, absorvidos pelos interesses das grandes potências na região.

Num período do ápice dos conflitos regionais nos quais a Índia estava envolvida, foi estabelecido o Tratado de Não Proliferação, com o preceito de coibir a aquisição de artefatos nucleares por Estados não detentores³. A Índia tomou a posição de não adesão ao TNP sustentada nas argumentações de que esse não seria o caminho para o desarmamento e que o tratado promoveria uma prevenção horizontal e não vertical, em que estados não detentores de poder nuclear seriam impedidos de tê-lo e os detentores sem o comprometimento de reduzi-los⁴.

Na contramão dos preceitos internacionais, a Índia acionou os primeiros testes nucleares no deserto de Rajasthan, também conhecido como Pokharan, em maio de 1974. Este acontecimento alarmou os Estados Possuidores de Armas Nucleares (NWSs), entre outros estados como o Paquistão⁶, sobre a condição de autonomia de tecnologia nuclear da Índia e a dualidade de seu uso. A justificativa indiana foi de que os testes não tinham implicações militares e faziam parte do endurecimento do uso pacífico de energia nuclear. Como consequência, os testes causaram sérias reações, principalmente por parte dos Estados Unidos. O governo norte-americano suspendeu a ajuda econômica à Índia e exigiu as salvaguardas da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) para qualquer tipo de assistência econômica e militar aos países que processassem materiais que pudessem ter finalidade dual de energia nuclear.

As explosões de 1974 impuseram à Índia a condenação internacional e sanções punitivas lideradas pelos Estados Unidos. A partir de então, foi instaurado um regime de negação à tecnologia nuclear ao país. Tal acontecimento, também levou ao estabelecimento do Grupo de Londres, os Supridores de Energia Nuclear (Nuclear Suppliers Group). Ademais, os testes de 1974 tornaram as relações indo-americanas tensas e as disputas travadas sobre o

3 O TNP foi interpretado, por muitos países, como discriminatório e legitimação de uma hierarquia de poder mundial, ou seja, uma forma de *apartheid* nuclear.

4 Posição defendida pelo *Minister for External Affairs* no parlamento indiano - Lok Sabha - em 31 de maio de 1967, apud MATHUR, 1995, p.76.

5 Foram usados reatores de pesquisa comprados do Canadá.

6 Os testes de 1974 reforçaram a iniciativa do Paquistão de desenvolver arsenais nucleares.

programa nuclear indiano obscureceram outros aspectos das relações bilaterais entre Índia e EUA por longo tempo.

Acredita-se que os testes de maio de 1974 deram condição à Índia de país com poder nuclear. Na interpretação de Basrur (2009), a motivação de Indira Gandhi, Primeira Ministra no momento dos testes, foi em grande parte pelo medo de perda da autonomia do país vis-à-vis às ameaças externas mundiais e não propriamente como uma ameaça direta da China, país diretamente envolvido nas rivalidades regionais indianas. Basrur observa, contudo, que apesar do sucesso dos testes de 1974, desenvolvidos a partir de recursos de pesquisa próprios, os arsenais nucleares teriam sido construídos somente no final dos anos 1980 (BASRUR, 2009: 2).

Nos anos 1980, o Paquistão alcançou a possibilidade de desenvolvimento de armamento nuclear⁷. Este fato tinha uma dimensão de ameaça direta à Índia, associado à transferência de tecnologia e materiais nucleares da China ao Paquistão. Como demonstra Carranza (2002), dentro da lógica da Guerra Fria e em função da invasão soviética no Afeganistão, a administração norte-americana de Reagan consentiu a decisão do Paquistão de enriquecer urânio. Neste contexto, Rajiv Gandhi, Primeiro Ministro da Índia, teria ordenado a construção da primeira bomba nuclear da Índia⁸.

O ponto culminante e que permitiu o status à Índia de poder nuclear ocorreu em maio de 1998 quando o país conduziu cinco testes nucleares em Pokhran, o Shakti test (Pokhran II), Estado de Rajasthan. Estes testes, por consequência, despertaram o descontentamento do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, que impôs sanções ao país. Naquele momento, embora o ponto maior de conflito na região fosse entre Índia e Paquistão, o Primeiro Ministro indiano, Atal Behari Vajpayee, justificou ao presidente dos Estados Unidos que os testes foram realizados em função do crescimento da ameaça chinesa. Esta ação provocou testes da mesma ordem no Paquistão, velho aliado dos Estados Unidos. Sobre o TNP, o argumento do governo indiano foi de que os testes nucleares acionados não violavam o Tratado, visto que a Índia não o segue.

As explosões foram acionadas no final da década de 1990, num contexto mundial de completa campanha para o controle de armamentos nucleares e no momento em que estados que resistiram assinar o TNP por três décadas como Argentina, África do Sul e Brasil, tornaram-se signatários do Tratado. A reação imediata dos Estados Unidos, sob a presidência de Clinton, culminou na Resolução 1172 do Conselho de Segurança da ONU, que exigiu que a Índia e Paquistão assinassem o NTP e o CTBT (Comprehensive Test Ban Treaty), indicassem as causas fundamentais das tensões indo-paquistanesas e adotassem o controle do uso das armas nucleares⁹.

Na Índia existem algumas particularidades internas que estão na base das decisões dos testes nucleares. O Bharatiya Janata Party (BJP), partido que liderava a coalizão governista em 1998, tinha como principal característica de governo o fundamento cultural nacionalista, o Hinduttva, que busca estabelecer os preceitos hindus na condução da política e, por consequência, alterar o Estado secular e as instituições legais criadas desde a independência¹⁰.

⁷ Acredita-se que através de ação clandestina de A. Q. Khan.

⁸ Em 1988, Rajiv Gandhi chegou a propor na ONU um plano de desarmamento universal.

⁹ RESOLUTION 1172 (1998), 6 June 1998.

¹⁰ O BJP retornou à liderança do governo nas eleições gerais de 2014.

O evento nuclear de 1998 ficou associado ao governo do BJP (Bharatiya Janata Party), forte defensor da ascensão nuclear e caracterizado, internamente, por uma perspectiva política anti-nehruviana, nos aspectos seculares e pluralistas. Contudo, o BJP no governo não rompeu com o legado do Primeiro Ministro indiano Jawaharlal Nehru (1947 a 1964), líder do Partido do Congresso na época da independência, nos preceitos da política externa. Ideias desenvolvidas no tempo do governo de Nehru, sobre tecnologia nuclear, demonstraram em anos posteriores a manifestação de autonomia nacional, quando futuros governos fizeram a opção por testes nucleares.

A idealística linguagem nehruviana manteve-se como componente presente no discurso oficial em 1998 e na diplomacia multilateral em assuntos nucleares, atentando que os regimes de não proliferação são assimétricos, discriminatórios e a Índia, desta forma, não poderia ficar submissamente sob a aplicação de um “apartheid nuclear” (CHAULIA, 2002).

Numa postura de desobediência e independência originadas na tradição nehruviana, o Primeiro Ministro Atal Behari Vajpayee alegou, em 1998, que a Índia sempre pregou o desarmamento global e se todos os governos decidissem destruir seus arsenais o país também destruiria os seus próprios. Nehru defendia o uso pacífico da energia atômica, mas advertia que se a Índia fosse ameaçada, o país se defenderia com todos os meios que estivessem disponíveis. Vajpayee, com a mesma justificativa, alegou que a Índia nunca usaria a opção nuclear para destruição, mas era uma questão de proteção e salvaguarda de integridade territorial, o emprego dos arsenais seria somente como uma retaliação de ataques.

A relação entre o acionamento dos testes de 1998 pelo BJP e a concepção de Nehru sobre a não discriminatória abolição das armas nucleares, foi tomada como justificativa por Jaswant Singh, Ministro dos Negócios Exteriores em 1998. A justificativa teve como base o pressuposto de que:

Índia não é signatária dos assimétricos, discriminatórios e hegemônicos NPT e CTBT, ambos falham por não conseguirem resolver a necessidade global de reverter a proliferação vertical de arsenais nucleares pelos cinco membros permanentes. (CHAULIA, 2002: 222).

Na esfera regional, a promoção de uma ascensão chinesa pode repercutir na relação sino-indiana pelo histórico conflito entre os dois países. A Índia sempre viu a assistência nuclear e de mísseis da China ao Paquistão como forma de contenção indiana e mantém a visão de que a relação sino-paquistanesa tem continuado substancialmente mesmo após a Guerra Fria. A condução dos testes nucleares indianos em 1998 também é um ponto de desacordo entre os dois países, visto que para a China a decisão indiana foi contra os esforços internacionais de não proliferação nuclear. As declarações do Primeiro Ministro indiano A. B. Vajpayee, no momento dos testes, de que a China era a principal ameaça, demonstram elementos divergentes entre os dois países¹¹.

Embora o movimento para o diálogo, aprovado pelos EUA, entre Índia e Paquistão tivesse avançado, como expressou a viagem de ônibus do Primeiro Ministro indiano Atal Behari Vajpayee a Lahore¹², Paquistão, para o encontro com Nawaz Sharif, Primeiro Min-

11 Análise retrospectiva dos fatos indica que a Índia poderia ter usado armanentos nucleares logo em 1962. A confirmação da capacidade nuclear foi em 1998 (DIXIT, 2001).

12 *Lahore Declaration of February 1999.*

istro paquistanês, mais um conflito foi provocado em 1999 na região da Caxemira, pelo Paquistão. A tensão entre Índia e Paquistão mantém-se iminente. O episódio mais recente, que causou impasse entre os dois países, foram os ataques terroristas de novembro de 2008 na Índia por grupos terroristas baseados no Paquistão.

Ainda em 1998, o ministro indiano Jaswant Singh e Strobe Talbott, Secretário Adjunto de Estado dos Estados Unidos, se encontraram várias vezes e deram início ao entendimento entre os dois países. Em dois anos, foram doze encontros em várias cidades. Este envolvimento ficou conhecido como engajamento estratégico. A Índia usou o comprometimento com o “no-first use” das armas nucleares. As relações entre Índia e Estados Unidos, entretanto, passaram a ter novas perspectivas. Em 1999 a Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright se encontrou com o ministro Jaswant Singh e propôs uma campanha conjunta contra o terrorismo e o fundamentalismo islâmico.

As transformações do cenário internacional com o final da Guerra Fria forjaram novas equações para a Índia como a diversificação da economia e ampliação das relações políticas. A partir de 1991 houve uma aceleração na desregulamentação da economia e uma integração maior com o mercado global. Mas na esfera da não proliferação nuclear, o fim da confrontação americano-soviética não representou mudança efetiva e, como destacou Buzan (2002), o fim da Guerra Fria também não causou transformação nas polaridades de poder no Sul Asiático. Assim, um dos fatores que explica as explosões de 1998 se justifica pela importância da segurança nacional no contexto regional.

A Índia não ignorou os cálculos internacionais para um contexto de seguridade global no futuro. Neste sentido, 1998 foi um divisor de águas, com um plano de futuro para mais cinquenta anos de independência na observação de Dixit (2001), que foi membro da diplomacia indiana. Dentro de uma perspectiva crítica da comunidade internacional, Dixit expõe:

Nós reorganizamos a balança na ordem internacional em favor dos países em desenvolvimento e do interesse da Índia pelos momentos decisivos que nós implementamos em Pokhran em 11 e 13 de maio de 1998 (DIXIT, 2001:4).

Em suma, a Índia tomou uma perspectiva de desafio ao sistema de grandes poderes através dos testes nucleares. Este fato demonstrou a resistência da Índia à imposição de regimes nucleares desiguais através da construção de capabilities. As explosões nucleares de 1998 significaram uma confrontação direta com os grandes poderes, porém uma confrontação não aberta (NAYAR e PAUL, 2003).

Relações indo-americanas: das sanções ao Acordo Nuclear Civil

As explosões nucleares na Índia de 1974 e a negação de tecnologia nuclear ao país tornaram as relações indo-americanas tensas e as disputas travadas sobre o programa nuclear indiano obscureceram outros aspectos das relações bilaterais entre Índia e EUA por anos. Este motivo e a prioridade dada pelos Estados Unidos a não proliferação nuclear, fizeram das relações entre os dois países posições diversas travadas em regimes internacionais.

Contudo, um processo político mais amplo colocou em rota a aproximação entre Estados Unidos e Índia. Mesmo após o abalo das explosões nucleares indianas de 1998, os

dois governos deram início a um diálogo sobre questões de segurança. Mohanty (2004) faz uma análise de que a força política liderada pelo BJP (Bharatiya Janata Party), um partido nacionalista hindu, que manifestou este nacionalismo através do nacionalismo nuclear, combinou a identidade hindu com as inclinações pró-ocidental. Os indianos residentes nos Estados Unidos se tornaram um grupo de pressão considerável e cortejado por republicanos e democratas¹³. Para o autor, o nacionalismo hindu, então, desencadeou uma parceria estratégica com o Ocidente conduzida pelos Estados Unidos. Em 2000, o presidente Clinton visitou a Índia, mesmo o país estando sob restrições de transferência de tecnologia militar e econômicas¹⁴.

O governo norte-americano também pressionou o Paquistão durante o conflito de Kargil (1999) para que retirassem os invasores armados. Da mesma forma, pediu ao Paquistão e Índia, com o mesmo padrão, para que respeitasse a Linha de Controle da Caxemira, algo que não tinha ocorrido até o momento. O novo tratamento dos EUA às relações indo-paquistanesas foi interpretado como mais equilibrado do que governos norte-americanos anteriores. Nayar e Paul (2003) definem bem este momento:

Os Estados Unidos também demonstraram maior sensibilidade para a posição da Índia, de que a disputa no subcontinente precisa ser resolvida bilateralmente. O Paquistão precisaria primeiro cessar a exportação de violência, para que um diálogo pudesse tomar lugar com a Índia. Melhores relações entre Índia e Estados Unidos são também por elos de expansão econômica, tais como a influência da comunidade indiana nos Estados Unidos exercendo pressão no Congresso americano, e na administração Clinton, para estreitar relações com a Índia. Em suma, a administração Clinton finalmente transformou as relações de “estranhamento” entre as duas democracias para “engajamento” (NAYAR E PAUL, 2003: 235).

O Presidente Bush deu continuidade à política de engajamento dos Estados Unidos e aprofundou as relações entre os dois países. No governo Bush, a Índia passou a ser considerada poder emergente e estratégica. Com os ataques terroristas de 11 de setembro, o Presidente George W. Bush suspendeu as sanções econômicas e militares que tinham sido aplicadas em 1998 para Índia e Paquistão. Após os acontecimentos de 2001, a administração Bush subordinou os assuntos de não proliferação nuclear à guerra contra o terror¹⁵.

Enquanto a posição do Presidente Clinton foi a de ressaltar as condições dos Estados Unidos e da Índia como grandes países democráticos e a grande presença de profissionais indianos em território norte-americano, o Presidente Bush firmou uma aliança estratégica logo após os ataques de 11 de Setembro. Entretanto, na Índia houve uma resistência, encabeçada pela oposição indiana e setores internos, ao envio de tropas para lutar no Iraque em 2003. Partidos de esquerda e o Partido do Congresso exigiram uma resolução parlamentar condenando a agressão norte-americana no Iraque (MOHANTY, 2004).

Mas nos anos 2000, o engajamento entre Índia e Estados Unidos se tornou uma parceria es-

13 Há um grande eleitorado indiano nos Estados Unidos.

14 Primeira visita de um presidente americano após 22 anos ao país. O Primeiro Ministro indiano Atal Behari Vajpayee também visitou Washington em setembro de 2000.

15 Existe, de forma geral, a crença de que os ataques terroristas aumentaram o perigo nuclear no sul asiático, visto que os conflitos persistem associados às velhas questões como religiosas e de acordos de controle nuclear que não se efetivam na região.

tratégica. Os dois países fizeram uma série de exercícios militares e navais conjuntos. Logo após a expansão destes contatos e atividades conjuntas, o governo indiano passou a ter uma expectativa de se obter dos Estados Unidos a permissão do uso dual de tecnologia nas áreas de energia, aeroespacial e de segurança nuclear, o que os negociadores americanos se referem como “trindade” (GANGULY, 2003).

Em janeiro de 2004 foi anunciado o Next Steps in Strategic Partnership with USA (NSSP), após meses de negociações e como continuidade da parceria estratégica de 2001. No acordo de entendimento entre os dois países o Primeiro Ministro indiano Shri Atal Bihari Vajpayee anunciou as áreas de cooperação, entre elas as atividades civil nuclear:

Índia e Estados Unidos acordam expandir cooperação em três áreas específicas: atividades nucleares civis, programas espaciais civis e comércio de alta tecnologia. Em adição, nós combinamos expandir nosso diálogo sobre defesa de mísseis. Cooperações nessas áreas dependerão de elos comerciais e amizades entre nossas duas nações, e aumento de estabilidade na Ásia (MEA, 2004).

Com a vitória do Partido do Congresso nas eleições de 2004, o Primeiro Ministro Manmohan Singh, - ex-Ministro das Finanças no governo de Rao (1991-1996), e quem conduziu as reformas econômicas indianas no início da década de 1990 -, assumiu o governo da Índia numa coalizão partidária, a UPA (United Progressive Alliance). Em visita a Washington em julho de 2005, Manmohan Singh (2004-2014) assinou com o Presidente Bush uma declaração conjunta, a Índia - USA Joint Statement. Neste encontro foi estabelecida a intenção para o desenvolvimento do programa de energia nuclear civil entre os dois países. A declaração de 2005 passou a ser referência da transformação das relações bilaterais, visto que o presidente norte-americano passou a reconhecer a Índia como um estado de tecnologia nuclear avançada. A declaração Índia - USA Joint Statement expõe esta nova condição:

O Presidente Bush conduziu sua apreciação para o Primeiro Ministro sobre o forte comprometimento da Índia em prevenir proliferações de arma e a declarou como um estado responsável com avançada tecnologia nuclear. A Índia poderá adquirir os mesmos benefícios e vantagens dos outros estados (US DEPARTMENT of STATE, 2005).

O Presidente norte-americano deu ao país indiano um status único, o de um estado responsável com tecnologia nuclear avançada e se comprometeu em trabalhar para a efetivação de um Acordo Nuclear Civil:

O Presidente [Bush] também buscará acordo com o Congresso para ajustar leis e políticas. Os Estados Unidos irão trabalhar com amigos e aliados para ajustar regimes internacionais para capacitar a cooperação de energia nuclear civil e comércio com a Índia, incluindo prontamente consideração de suprimentos de combustível para proteger reatores nucleares em Tarapur (US DEPARTMENT of STATE, 2005).

Além da proposta de mudança interna da legislação, o Presidente Bush propôs a se empenhar no âmbito internacional para a concretização do acordo:

Neste momento, os Estados Unidos irão encorajar seus parceiros para também

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos

considerarem essa solicitação. A Índia tem expressado interesse em ITER¹⁶ e um desejo para contribuir. Os Estados Unidos consultarão outros participantes no Generation IV International Forum com uma visão em direção à inclusão da Índia (US DEPARTMENT of STATE, 2005).

Em contrapartida, a Índia se comprometeu em separar os programas civil e nuclear, além de seguir as salvaguardas da AIEA:

Essas responsabilidades e práticas consistem na identificação e separação dos programas nuclear civil e instalações militares, executados desse modo e registrando uma declaração respeitando estas flexibilidades civis com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); tomando uma decisão voluntária de seguir o acordo sob as salvaguardas da AIEA; continuando a moratória unilateral de testes nucleares; trabalhando com os Estados Unidos para a conclusão do Tratado sobre Banimento da Produção de Materiais Físseis (Fissile Material Cut Off Treaty); freando transferir tecnologias de enriquecimento e processamento para estados que não têm e não sustentam esforços internacionais para limitar a propagação; assegurando os passos necessários já tomados para assegurar material e tecnologia seguindo a legislação e aderindo ao Tratado sobre Proibição Completa dos Testes Nucleares (Missile Technology Control Regime – MTCR) e normas do Grupo dos Supridores Nucleares (Nuclear Suppliers Group - NSG) - (US DEPARTMENT of STATE, 2005).

Em 2005, com viagem da Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice à Índia foi firmada a parceria estratégica The India-EU Strategic Partnership Joint Action Plan. No preâmbulo do comunicado há um percurso histórico dos acordos entre os dois países com referências pontuais ao começo dos anos 1960. Depois de uma lacuna, as referências são feitas aos acordos comerciais no começo da década de 1990. Este enunciado revela o distanciamento de décadas entre Índia e Estados Unidos. Entretanto, nos anos 2000, houve uma transformação substancial na relação entre os dois países, pois, como demonstra Fiori (2004) sobre o poder norte-americano, no término da Guerra Fria, os Estados Unidos tinham bases ou acordos militares em cerca de 130 dos 190 países existentes no mundo, não incluindo diretamente os territórios da China, Índia e Rússia.

Dadas as bases para a parceria em energia nuclear civil, os parâmetros do acordo - Agreement for Cooperation Between the Government of the United States of America and the Government of India Concerning Peaceful Uses of Nuclear Energy (123 Agreement) - foram concluídos em 2007. Neste documento foram estabelecidas as bases legais e o escopo da cooperação com propostas de uso pacífico e de não proliferação, o comprometimento no avanço da tecnologia nuclear e a prevenção em destruição em massa. As definições técnicas como a transformação de material radioativo – urânio, plutônio – e suas operações no ciclo normal de combustível foram delimitadas, bem como o compromisso de transferência de informação, tecnologia e material, os procedimentos para o comércio e as normas para salvaguardas da AIEA. A aprovação foi em 2008 pelos poderes legislativos dos dois países¹⁷.

¹⁶ *International Thermonuclear Experimental Reactor*

¹⁷ Para a versão integral do acordo: www.cfr.org/publication/15459/agreement_for_cooperation_between_the_government_of_the_united_states_of_america_and_the_government_of_india_concerning_peaceful_uses_of_nuclear_energy_123_agreement.htm. Acesso em 08/08/2010.

ESTADOS UNIDOS: O CAMINHO PARA O ACORDO NUCLEAR CIVIL COM A ÍNDIA

Como firmado na declaração de 2005, para garantir o completo acesso da Índia ao mercado de combustível internacional para reatores indianos, a tarefa norte-americana seria a de ajustar a legislação interna e trabalhar com os países aliados, o Grupo dos Supridores Nuclear, e do apoio aos indianos na negociação com a AIEA para um acordo específico de suprimentos de combustível para a Índia.

Para que a conclusão do acordo foi preciso que uma nova legislação fosse apresentada ao Congresso norte-americano para alterar o Atomic Energy Act of 1954, lei que regulamenta o uso civil e militar de material nuclear (U.S. NRC). Esta alteração foi possível através da aprovação pelo Congresso da Henry J. Hyde United States-India Peaceful Atomic Energy Cooperation Act of 2006, que passou a permitir aos EUA não aplicar, especificamente à Índia, procedimentos legislativos sobre cooperação e exportação de material nuclear.

O caráter de exceção se verifica nas palavras iniciais da nova legislação: “To exempt from certain requirements of the Atomic Energy Act of 1954 a proposed nuclear agreement for cooperation with India” (Henry J. Hyde United States-India Peaceful Atomic Energy Cooperation Act of 2006). Os itens reproduzidos abaixo demarcam as mudanças domésticas, na forma de alteração da legislação, em que se concede isenção à Índia, para a possível efetivação do acordo:

An Act (Henry J. Hyde United States-India Peaceful Atomic Energy Cooperation Act of 2006)

To exempt from certain requirements of the Atomic Energy Act of 1954 a proposed nuclear agreement for cooperation with India.

TITLE I--UNITED STATES AND INDIA NUCLEAR COOPERATION

SEC. 102. SENSE OF CONGRESS:

(1) preventing the proliferation of nuclear weapons, other weapons of mass destruction, the means to produce them, and the means to deliver them are critical objectives for United States foreign policy;

(2)sustaining the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) and strengthening its implementation, particularly its verification and compliance, is the keystone of United States nonproliferation policy;

(...)

(...)it is in the interest of the United States to enter into an agreement for nuclear cooperation arranged pursuant to section 123 of Atomic Energy Act of 1954 (42 U.S.C. 2153) with a country that has never been a State Party to the NPT if-

(A) the country has a functioning and uninterrupted democratic system of government, has a policy that is congruent to that of the United States, and is working with the United States on key foreign policy initiatives related to non-proliferation;

(8) strong bilateral relations with India are in the national interest of the United States;

(9) the United States and India share common democratic values and the potential for increasing and sustained economic engagement;

(10) commerce in civil nuclear energy with India by the United States and other countries has the potential to benefit the people of all countries;

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos

(11) such commerce also represents a significant change in United States policy regarding commerce with countries that are not States Party to the NPT, which remains the foundation of the international nonproliferation regime;
(...)

O projeto de lei - H.R. 5682: Henry J. Hyde United States-India Peaceful Atomic Energy Cooperation Act of 2006 – foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de julho de 2006 por 359 votos favoráveis e 68 votos contra. Dos votos dos Democratas, 140 votos foram a favor e 58 contra. Entre os deputados Republicanos, 219 votos a favor e 9 votos contra (U.S. HOUSE of REPRESENTATIVES, 109-2006/h411). No Senado, a votação foi em 16 de novembro de 2006 com 85 votos a favor e 12 contrários. No Senado os 12 votos contrários foram de Democratas (U.S. HOUSE of REPRESENTATIVES, 109-2006/s270). Esta nova legislação altera as seções 123, 128 e 129 do Atomic Energy Act of 1954. A seção 123 regula a cooperação dos Estados Unidos com outras nações no que diz respeito aos materiais nucleares especiais. Também altera as seções 128, que regula procedimentos para licença de exportação nuclear, e a 129, que proíbe exportação nuclear para países não nucleares que fizeram testes após 1978 e continuam com programas nucleares. As alterações abrem exceção para a cooperação com a Índia, país não signatário do TPN e autor de testes nucleares.

Nas palavras do Senador Republicano, Henry J. Hyde, propositor do projeto:

Esta legislação histórica é o ápice de um ano de trabalho por membros e funcionários da Câmara e do Senado, (...). O estabelecimento de uma forte fundação para uma parceria global entre Estados Unidos e Índia anunciado em 18 de julho (...). Nós especialmente pedimos e temos assegurado pela administração que essa legislação encorajará a Índia para exercer um papel ativo, substancial e conduzir esforços internacionais para conter o empenho do Irã em adquirir armamentos nucleares (HYDE, 2006).

Por outro lado, opositores norte-americanos alegaram que esta iniciativa poderia fomentar uma nova corrida armamentista global e reverter o esforço de não proliferação nuclear.

A legislação - Henry J. Hyde United States-India Peaceful Atomic Energy Cooperation Act of 2006 - foi assinada em 18 de dezembro de 2006 pelo Presidente Bush e incorporada na lei norte-americana de uso civil de materiais nucleares. A partir desta alteração da legislação interna dos Estados Unidos, então, o acordo de cooperação entre Índia e Estados Unidos Agreement for Cooperation Between the Government of the United States of America and the Government of India Concerning Peaceful Uses of Nuclear Energy (123 Agreement), firmado pelos dois governos foi concluído em 2007.

No encadeamento do processo, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou o acordo, denominado United States-India Nuclear Cooperation Approval and Nonproliferation Enhancement Act, em 27 de setembro de 2008, com 298 votos favoráveis e 117 contra. Favoráveis ao acordo foram 178 Republicanos e 120 Democratas. A maioria de contrários foi de Democratas com 107 votos, enquanto 10 dos Republicanos (U.S. HOUSE of REPRESENTATIVES, 110-2008/h662). No Senado, em 01 de outubro, foram 86 votos a favor e 13 contra, dos quais 12 de Democratas (U.S. HOUSE of REPRESENTATIVES, 109-2006/s270). O acordo foi assinado no final de 2008 pelo Presidente Bush e pelo Primeiro Ministro Manmohan Singh.

Outro fator relevante neste processo é o papel das empresas fornecedoras de material para a Índia. Enquanto o acordo institui assistência norte-americana ao programa nuclear civil com propósito de minimizar a dependência da importação de petróleo e a carência de energia elétrica na Índia, grandes empresas se beneficiarão nos Estados Unidos, visto que companhias americanas vão construir reatores e fornecer combustível para o programa de energia nuclear civil indiano. Desta forma, é possível entender os grupos de pressão no Congresso americano, pois abriu-se um canal de oportunidades de negócios e o estabelecimento de empresas norte-americanas no mercado indiano – comércio em ascensão significativa nas últimas duas décadas entre Índia e Estados Unidos.

Existe um aspecto do acordo que Isola (2010) se detém em questionar: se a Índia decidir por acionar testes nucleares, quais seriam as implicações para o acordo? Tanto a Agência Americana de Energia, quanto o Hyde Act preveem a suspensão de todas as exportações para a Índia no caso de testes nucleares. A autora relata que houve um debate no Congresso americano onde as opiniões da presidência não eram as mesmas de alguns membros parlamentares. Na época, o senador Obama fez pressão para restringir os testes nucleares na Índia. Por isso observadores passaram a acreditar que em caso de testes indianos num governo do Presidente Obama, os Estados Unidos agiriam decisivamente. Mas a conclusão de Isola é de que três esferas de poder podem determinar como os testes seriam prejudiciais ao acordo. Além do governo, os grupos de interesse domésticos e a balança de poder geopolítica teriam peso nesta questão. Sobre a questão doméstica, Isola expõe:

Não importa quem está na Casa Branca, qualquer presidente que decida terminar ou não a cooperação precisará considerar a crescente influência do lobby indo-americano nos Estados Unidos e a percepção de uma resposta americana. O acordo significa uma elevação da parceria Índia-Estados Unidos. A conclusão do Acordo poderá ter significado simbolicamente similar. Interesses de empresas também compartilham com a resposta dos Estados Unidos. Alguns críticos do acordo nuclear consideram que interesses de empresas impulsionaram iniciativas (...). Companhias americanas tais como a GE Hitachi e Westinghouse, que irão construir reatores nuclear em Andhra Pradesh e Gujarat, não querem ser cortadas do mercado indiano. De acordo com grupos de comércio indo-americano, tais negócios podem chegar ao valor de 130 bilhões de dólares até 2010 (ISOLA, 2010).

No emaranhado das questões geopolíticas em que a Índia está envolvida, é possível, ainda segundo a análise de Isola (2010), que o governo norte-americano desculpe o governo indiano por acionamento de armamentos nucleares se houver agressões territoriais por parte da China ou Paquistão e tolerância se os testes forem ato recíproco em resposta à conduta de seus vizinhos.

A preocupação sobre a possibilidade de testes nucleares na Índia fez parte da argumentação de opositores no Congresso americano. O senador Democrata Daniel K. Akaka chamou a atenção, no dia da votação do acordo no Senado americano, sobre os riscos da proliferação e o uso de arsenais nucleares no Sul da Ásia.

Esse acordo enfraquece o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e outros acordos que têm sido essenciais para nossos esforços por décadas para prevenir estados de desenvolverem armamentos nucleares. Índia é um dos três estados que nunca assinaram o Tratado de Não Proliferação e nem assinou o Compre-

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos

hensive Test Ban Treaty (CTBT). Nenhum desses acordos requerem da Índia fazer algo. Em efeito, a Índia ganhará todos os direitos de um estado nuclear sem suportar nenhuma dessas responsabilidades. Nenhum desses acordos requerem da Índia comprometimento para um eventual desarmamento – um objetivo que até mesmo os estados, como signatários, aceitam. É possível conceber situações em que os Estados Unidos e Rússia se desarmam, mas no caso da Índia não há nenhum acordo que requeira isso. Esse acordo permitirá à Índia manter um arsenal nuclear para sempre (AKAKA, 2008).

Índia: a controvérsia sobre o interesse nacional

A cooperação energética nuclear civil entre a Índia e os Estados Unidos surgiu com a justificativa da exigência de uma energia adequada e economicamente acessível para sustentar a alta taxa de crescimento econômico indiano e o reconhecimento de sua crescente capacitação tecnológica. O crescimento econômico e o número populacional, que excede um bilhão de habitantes, fundamentam o discurso do governo indiano para uma energia nuclear com menos impacto no meio-ambiente, como exposto por Anil Kakodkar chefe da comissão indiana na AIEA (KAKODKAR, 2007).

Desde que o Acordo Nuclear Civil foi anunciado na Índia, travou-se um amplo e acirrado debate de como os efeitos da cooperação com os Estados Unidos podem afetar os interesses do país. Cientistas nucleares, por exemplo, têm receios de interferência no desenvolvimento de tecnologia do uso do tório, com grandes reservas no país, que poderia substituir a importação, no futuro, de urânio, elemento importado. Partidos de esquerda aliados do governo de Manmohan Singh e de direita, como o BJP - Bharatiya Janata Party -, oposição ao governo, também foram contrários ao acordo. Na perspectiva dos opositores indianos esta cooperação é uma forma de interferência na soberania e nos interesses nacionais. A negociação deste acordo foi um dos eventos mais turbulentos dos últimos anos no campo da política doméstica indiana.

O Partido do Congresso, de Manmohan Singh e que tem como presidente Sônia Gandhi, da família Nehru/Gandhi, deu continuidade à aliança estratégica iniciada pelo BJP - partido nacionalista e oposicionista ao Partido do Congresso - que acionou as explosões nucleares de 1998 e deu início ao diálogo estratégico com os Estados Unidos. Sobre Manmohan Singh, a revista *India Today*¹⁸ o caracterizou como um verdadeiro internacionalista na séria tentativa de assegurar um lugar certo para a Índia na estrutura global do poder. Mas no parlamento indiano – Lok Sabha - os partidos de esquerda demandaram ampla discussão com a UPA – United Progressive Alliance -, coalizão governamental.

Apesar das críticas internas sobre o acordo com os Estados Unidos, sempre esteve presente no discurso oficial do Partido do Congresso que o interesse nacional indiano não poderia ser afetado. Sob esta ótica, o acordo com os Estados Unidos não representaria um impacto adverso no programa nuclear estratégico do país. Como vantagem, o governo alegou que haverá compartilhamento de tecnologia nuclear e de combustível com outros países. Em 2006, em discurso na Lok Sabha, o Primeiro Ministro Manmohan Singh reafirmou a autonomia do país.

Como eu mencionei anteriormente, nosso programa estratégico estava fora das

18 Edição de 4 de agosto de 2004.

discussões que conduziram ao July 18 Joint Statement. Não houve nenhuma discussão com detalhes de nosso programa estratégico, em que culminou nos entendimentos de março. Nosso programa estratégico não estará sujeito à inspeção externa ou interferência de qualquer espécie. Shri Advaniji não precisa se horrorizar sobre a Índia perder sua Swaraj¹⁹. Seguramente a autonomia de um programa estratégico é um sério dever desse governo. Eu repito, nada que comprometa, dilua ou obscureça será feito sobre a total autonomia no direcionamento da segurança e interesse nacional. Eu repito, nenhuma legislação de um país estrangeiro pode lançar sobre o direito da nossa soberania ou conduzir nossas relações exteriores, seja com o Irã, ou com outros países, somente em concordância com nosso interesse nacional (SINGH, 2006).

Para a efetivação do acordo propriamente, a Índia teve que negociar com a AIEA as normas sobre salvaguardas e aderir a um protocolo adicional para as instalações nucleares civis. O Plano de Separação da Índia de 2005 - India's Separation Plan – remete aos procedimentos a serem seguidos, regula a separação dos planos nucleares civis e militares e orienta a harmonização dos controles de importação entre a Índia com Grupo de Fornecedores Nuclear e com o MTCR - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. O Plano, entre outros fatores, estabelece que de 22 reatores, 14 seriam inspecionados pela AIEA até 2014²⁰. A negociação da Índia com a AIEA foi concluída em julho de 2008 e as normas foram definidas no documento The Conclusion of Safeguards Agreements and Additional Protocols: An Agreement with the Government of India for the Application of Safeguards to Civilian Nuclear Facilities²¹.

No entanto, no plano doméstico o governo indiano travou um amplo debate no Parlamento. Não somente pela oposição, liderada pelo BJP, o Primeiro Ministro Manmohan Singh e Partido do Congresso enfrentaram contraposições com partidos da coalizão governamental. Esta questão se tornou dramática no Parlamento com a perda de sustentação de partidos de esquerda e pela manobra governamental para assegurar apoio do Partido Samajwadi. Por ser um tema controvertido, o Primeiro Ministro Manmohan Singh adiou a votação do Acordo Nuclear Civil para o final do prazo, para não ficar sem apoio em questões de interesse do governo. Quando decidiu finalizar o acordo, Singh teria sido forçado a recorrer a vários tipos de decisões para salvar o governo, tendo abalado sua imagem relativamente limpa, com acusações de compra de votos e lobby corporativo (PANT, 2008).

Os partidos de esquerda na Índia não apoiaram o acordo nuclear e fazem uma frente antiamericana e, portanto, não fariam parte do apoio ao governo para a efetivação do acordo com os Estados Unidos, na intenção de acabar com o isolamento nuclear do país. O BJP, em tese, poderia dar um voto favorável, uma vez que foi sob seu governo que se deu início a aproximação com os Estados Unidos, entretanto, fez valer seu peso de oposição. Estes fatores desfiguraram a crença de que há um consenso entre os partidos sobre a política externa indiana. Foi expressiva a dificuldade que o governo indiano teve para gerar consenso interno em comparação com o Governo Bush no Congresso norte-americano (PANT, 2008).

Em resposta às perguntas feitas na Lok Sabha, em 2008, ao Ministro dos Negócios Exteri-

19 Shri Advaniji é membro do BJP e oposição ao governo. Swaraj significa autonomia e tem relação com o movimento de independência.

20 As normas a serem seguidas pela Índia e o Plano de Separação podem ser conferidos em <http://www.outlookindia.com/article.aspx?230471>. Acesso em 08/08/2010.

21 http://www.isis-online.org/publications/southasia/India_IAEA_safeguards.pdf. Acesso em 08/08/2010.

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos

ores Índia, Pranab Mukherjee - ministro no período de negociações de cooperação dos Estados Unidos -, sobre a possibilidade da Índia se decidir por testes nucleares para interesse de segurança do país, o ministro reafirmou os termos do tratado da Índia com os Estados Unidos como sendo estritamente civil e que o programa estratégico nuclear não foi afetado por este Acordo Civil²². Para Pranab Mukherjee, não há incompatibilidade entre as negociações com os Estados Unidos e o interesse nacional da Índia. Também afirmou que o país tem o reconhecimento de credenciais de não proliferação nuclear.

Em setembro de 2008, a Índia também assinou com a França um acordo para Cooperação em Energia Nuclear Civil e com a Rússia, no final do mesmo ano. Em termos estratégicos, mesmo com a aproximação dos Estados Unidos e da Índia, deve-se notar que a Rússia continua apoiando a Índia em seus posicionamentos tais como no caso da Caxemira, nuclearização, desenvolvimento de mísseis e a reforma do Conselho de Segurança da ONU e deverá permanecer como um grande aliado no século XXI.

Para membros do Partido do Congresso, como Abhishek Manu Singhvi, este acordo é histórico e mérito do partido, como relatou:

Este é o ápice de uma jornada histórica iniciada em 1974 por Indira Gandhi. A mesma Primeira Ministra, que levantou segura defesa em 1971 contra vários ataques a nossa soberania – físico e psicológico -, foi a Primeira Ministra que nos iniciou nesta nova era e agora estamos sob o círculo de liderança de Dr. Manmohan Singh, e da líder do Partido do Congresso, Sr. Sonia Gandhi. Isto é um reflexo da Índia forte, do poder da Índia e da alta posição na mesa. O status da Índia que fará toda verdade do orgulho indiano (SINGHVI, 2008).

O motivo que despertou entusiasmo internamente está relacionado com a posição da Índia sempre ter contestado a desigualdade nuclear mundial. Por não ter aderido ao Tratado de Não-Proliferação, a Índia sempre teve a condenação, principalmente pelos Estados Unidos, de seu programa nuclear com testes. O atual acordo, embora sem finalidades belicosas, representa o reconhecimento e “aceitação” por parte do governo americano do programa nuclear indiano. Posição inédita, pois nenhum país esteve em situação semelhante.

A Índia hoje é marcada por essa singularidade. O país que não aderiu ao TNP e tem tecnologia nuclear de forma dual, possui armamentos nucleares e mantém um acordo com os Estados Unidos na área de energia nuclear. Mas na trajetória de desenvolvimento de arsenais, a Índia também difere de outros países nuclearmente armados porque sempre defendeu a eliminação dos arsenais nucleares, caracterizado como uma dualidade em sua política externa. Ademais, a expectativa positiva sobre o papel da Índia neste acordo tem justificativas como:

Isto representa três coisas: a remoção de um obstáculo final para os direitos da Índia assegurar seu próprio ajuste; o desmantelamento do que ela considera como acordos internacionais discriminatórios sobre o controle de armas nuclear, consistentemente rejeitados pelo país; e o sinal de aceitação dentro de um campo maior de poderes (BASRUR, 2009:10).

Em suma, a Índia poderá importar materiais para produzir energia nuclear para fins civis.

²² As perguntas e respostas feitas na Lok Sabha ao ministro Pranab Mukherjee podem ser encontradas em <http://164.100.47.132/LssNew/psearch/QResult14.aspx?qref=65945>. Acesso em 09/08/2010.

Também se comprometeu que até 2014 a AIEA teria acesso a 65% das instalações nucleares para inspeção. Aos Estados Unidos o acordo pode dar impulso ao comércio, uma vez que as negociações norte-americanas tendem a misturar critérios econômicos, políticos e de segurança. O acordo demarca, então, o fim de mais de três décadas da suspensão de comércio de suprimentos nucleares entre Estados Unidos e Índia.

Em agosto de 2010, a Lei da Responsabilidade para Danos Nucleares – “Civil Liability for Nuclear Damages Bill” -, que regulamenta a instalação por empresas fornecedoras de equipamentos nucleares foi aprovada na Lok Sabha. Para o governo a Lei de Responsabilidade de fato colocou fim ao apartheid nuclear imposto à Índia. A maior oposição do Partido do Congresso, o BJP, votou favorável após várias emendas. Os partidos de esquerda mantiveram posição contrária. Uma das cláusulas inseridas é a responsabilidade das empresas fornecedoras, e não somente das operadoras, de indenização em caso de acidentes nucleares²³. Esta lei representou a continuidade do Acordo Nuclear Civil com os Estados Unidos.

Considerações Finais

O Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos causou uma conturbação na ordem de interpretação das regras da não proliferação nuclear e contribuiu para parâmetros relativos na identificação do chamado “estado nuclear responsável”, nova categoria fomentada pelos Estados Unidos. Pode-se dizer que este acordo reescreveu as regras do regime global nuclear, visto que prevê a transferência de material sensível a um país que não assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Neste caso, a parceria dos Estados Unidos com a Índia foi justificada, pelos Estados Unidos, pelo serviço indiano prestado à democracia e a não proliferação.

A singularidade deste acordo agrega outros fatores. A Índia, não signatária do TNP, conduziu testes nucleares em seu território e foi alvo de sanções econômicas e teve restrições ao comércio de materiais, equipamentos e tecnologia sensível nucleares por mais de trinta anos. Agora, todavia, é tratada como aliada dos Estados Unidos na defesa da não proliferação. Enquanto os Estados Unidos abrem espaço para a Índia, condenam o programa nuclear iraniano por não cumprimento das normas internacionais da AIEA.

Desperta atenção a credibilidade dada pelos Estados Unidos à Índia, que tem uma trajetória de relações estreitas com o Irã e sempre se opôs à natureza discriminatória do Tratado de Não Proliferação Nuclear. Entretanto, a Índia já votou contra o Irã em 2005 e 2006 na AIEA, por não cumprimento de acordos de salvaguardas, embora apoie o direito do Irã na decisão do uso pacífico da energia nuclear. Estes elementos conduzem aos questionamentos sobre a configuração da política internacional e o papel dos Estados Unidos como potência e revelam o teor das controvérsias domésticas indiana, pois a Índia tem uma tradição de política externa independente e de liderança entre países em desenvolvimento.

Os Estados Unidos, no exercício do poder, partiram para uma campanha política interna para isentar a Índia de leis de não proliferação, como a alteração do Atomic Energy Act of 1954, e diplomática para a aceitação do Grupo de Fornecedores Nucleares das novas ori-

²³ As empresas americanas *General Electric Co.* e *Westinghouse Electric Corp.* estão entre as empresas estrangeiras que irão fornecer equipamentos para a Índia

entações. Neste enquadramento, o acordo indo-americano demonstra a natureza do poder norte-americano no ajuste das normas do sistema internacional e resvala o argumento de declínio dos Estados Unidos. Sobre este país, Krasner (1978) já afirmou que o interesse nacional é um objetivo do estado e os decision-makers têm que ser capazes de cuidar das próprias políticas, acima das oposições internas da própria sociedade, e promover externamente os objetivos materiais e ideológicos da política externa norte-americana. No caso específico do Acordo Nuclear Civil Nuclear com a Índia, o governo norte-americano pouco sofreu resistência da oposição.

Para a Índia, o acordo com os Estados Unidos foi um dos temas mais controvertidos no Parlamento sobre política externa e dividiu a coalizão governamental liderada pelo Partido do Congresso (2004-2014), com a dissidência dos partidos de esquerda. Interesses defendidos pelo governo como remoção da negação de tecnologia nuclear, as vantagens da energia nuclear para o crescimento econômico e meio-ambiente e a normalização das relações indo-americanas, não foram suficientes para convencer os que defendem uma política externa autônoma, na tradição do não alinhamento e não interferência em questões do interesse nacional²⁴. Contudo, o país não abdicou de seu programa nuclear estratégico e manteve a posição de não aderir ao TNP por ser discriminatório.

A Ásia do Sul é uma região nuclearizada e a discussão sobre a eliminação de armamentos nucleares se mantém atual. Existe o problema, por exemplo, do Paquistão possivelmente estar expandindo seu arsenal nuclear, assunto de grande preocupação para a Índia, que agora tem a concessão de ser um novo poder nuclear “responsável”.

O Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos expõe os procedimentos internos dos dois países, com instituições democráticas na negociação de um acordo internacional. Os envolvimento dos setores da sociedade e governamentais deram a dimensão da interface entre política doméstica e a política externa e da complexidade da política internacional. Nas palavras do ex-Primeiro Ministro, Manmohan Singh, em interferência na discussão sobre o acordo na Lok Sabha, “as negociações internacionais são processos complexos” (SINGH, 2006)²⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AKAKA, Daniel K. akaka.senate.gov/press-releases. (2008) Acesso em 06/09/2010.

BASRUR, Rajesh M. Indian Perspectives on the global elimination of nuclear weapons. In The Henry L. Stimson Center, March 2009./www.stimson.org

BUZAN, South Asia Moving Towards Transformation: Emergence of India as Great Power. *International Studies* 39, 1 (2002).

_____, *The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century*. Malden/Cambridge: Polity Press, 2004.

²⁴ Deve-se lembrar de que a aliança estratégica entre Índia e Estados Unidos envolve, além do acordo em energia nuclear, ciência e tecnologia, agricultura, acordo aéreo e exercícios de defesa conjuntos.

²⁵ *International negotiations are a complex process. We recognize that the outcomes are not entirely predictable nor always under our control but compromises, if any, cannot violate basic principles (...)* Intervenção do Primeiro Ministro no debate sobre o Acordo Nuclear Civil com os Estados Unidos no Parlamento indiano em 2006. <http://www.indianembassy.org/>

- CARRANZA, Mario E. Arms Control after the 2002 India-Pakistan Crisis. *International Politics* 2003, 40.
- CÉSAR, Luís Fernando Panelli. Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP (1968). In MAGNOLI, Demétrio (org.). *História da Paz*. Ed. Contexto, 2008.
- CHAPMAN, Graham P. *The Geopolitics of South Asia: From early empires to India, Pakistan and Bangladesh*. Ashgate.
- CHAULIA, Sreeram S. BJP, India's Foreign Policy and the "Realist Alternative" to the Nehruvian Tradition. *International Politics* 39: 215-234, June, 2002
- DIXIT, J. N. *India's Foreign Policy and Its Neighbours*. New Delhi: Gyan Publishing House, 2001.
- EMBASSY OF INDIA WASHINGTON. *India Review*. November, 2008.
- FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GANGULY, Sumit. India's Pathway to Pokhran II. *International Security*, Vol. 23, 4 (Spring 1999), pp. 148-177.
- _____. India's Foreign Policy Grows Up. *World Policy Journal*. Winter 2003/2004.
- HYDE, J. Henry. (2006)
- <http://democrats.foreignaffairs.house.gov/archives/109/news120806a.pdf> Acesso em: 06/09/2010.
- INDIA QUARTELY. *A Journal of International Affairs*, October-December, 2006.
- INDURTTTHY, Rathnam. India and Clinton-Bush Administrations. Summer 2002. Vol. 165 Número 1.
- ISOLA, Justine.– If India Test? The Implications for the Indo-US Civil-Nuclear Deal. IDSA ISSUE BRIEF. Issue Brief. www.idsa.in/system/files/IB_IndiaUSNuclearDeal. Acesso em 09/09/2010.
- JACOB, Happymon e LAYTON, Kimberley. UPA's Foreign Policy: a critique. *Economic & Political Weekly*, June 20, 2009 Vol. XLIV/25.
- KAPUR, Ashok. *India's Nuclear Option: Atomic Diplomacy and Decision Making* (New York: Praeger, 1976.
- KAKODKAR, Anil. <http://www.iaea.org/About/Policy/GC/GC51/Statements/india.pdf>. (2007). Acesso em: 06/09/2010.
- KRASNER, Stephen D. *Defending the national interest: raw materials investments and U.S. foreign policy*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- MAASS, Citha D. O Dilema Nuclear da Ásia do Meridional: política nuclear da Índia. e sua Visão de Segurança. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Estratégias Índia e Brasil*. FUNAG, 1997.
- MARWAH, Onkar. India and Pakistan: nuclear rivals in South Asia. *International Organization*, 35, 1, Winter, 1981.

Acordo Nuclear Civil entre Índia e Estados Unidos

MATHUR, Hari Mohan. India in the United Nations and the United Nations in India. In KRAUSE, Keith e KNIGHT, Andy. State, Society, and UN System: Changing perspectives on multilateralism. United Nations University Press, 1995.

MEA – Ministry of External Affairs India. Next Steps in Strategic Partnership with USA (NSSP) 2004. Disponível em <http://www.mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/7461/Joint+Press+Statement+on+Next+Steps+in+Strategic+Partnership+Between+India+and+the+United+States>. Acesso em 07/07/2010.

MEA – Ministry of External Affairs India, 2005 – The India-EU Strategic Partnership Joint Action Plan. Disponível em http://mea.gov.in/Uploads/PublicationDocs/6883_Joint-Action-Plan-India-EU-Strategic-Partnership-september-07-2005.pdf acesso em 07/07/2010.

MOHANTY, Mohanty (2004). Índia: o novo pensamento estratégico. Discutindo sobre parceria e Hegemonia. In SANTOS, Theotonio (org.). Globalização e Dimensões Alternativas. Edições Loyola, São Paulo: 2004.

NARLIKAR, Amrita. Peculiar chauvinismo or strategic calculation? Explaining the negotiating strategy of a rising India. International Affairs, 82, I (2006).

NAYAR, Baldev Raj e PAUL, T. V. India in the world order: searching for major-power status. Cambridge University Press, 2003.

NEHRU, Jawaharlal. India Today and Tomorrow. In NEHRU, Jawaharlal; TOYNBEE, Arnold; ATTLE, Earl C. R. India: and the world. New Delhi: Sagar Publications, 1959.

PANT, Harsh V. Anatomy Of Defective Decision-Making. Outlookindia <http://www.outlookindia.com/article.aspx?238101>. Acesso em

PAUL, T. V. and HALL, John A. International order and the future of world politics, 1999.

OLIVEIRA, Amaury Porto. Jogadas Nucleares na Ásia do Sul. Panorama da Conjuntura Internacional. Gacint/Usf NO 29, ANO 8 MAI/JUN 2006.

SIL, Rudra. India. In Kopstein, Jeffrey; Lichbach, Mark.(org.) Comparative politics: interests, identities, and institutions in a change global order. Cambridge University Press, 2000.

SINGH, Manmohan. Excerpts of Prime Minister Dr. Manmohan Singh's intervention in the Lok Sabha during discussion on India-US Civil Nuclear Cooperation. <http://www.indianembassy.org> - 2006.

SINGHVI, Abhishek Manu. www.congressmedia.net. 2008 - Acesso em: 10/09/2010.

THE TIMES OF INDIA. Chronology of the Indo-US Nuclear Deal. 9 Oct. 2008. Acesso em 16/10/2008.

U.S. DEPARTMENT of STATE. Joint Statement by President George W. Bush and Prime Minister Manmohan Singh – 2005. Disponível em <http://2001-2009.state.gov/p/sca/rls/pr/2005/49763.htm>

U.S. GOVTRACK.US. <http://www.govtrack.us/congress/votes/109-2006/h411> . Acesso em 05/07/2013

_____ <http://www.govtrack.us/congress/votes/109-2006/s270> .Acesso em

05/07/2013

_____ <http://www.govtrack.us/congress/votes/110-2008/s211>. Acesso em 05/07/2013

_____ <http://www.govtrack.us/congress/votes/110-2008/h662>. Acesso em 05/07/2013

U.S. HOUSE of REPRESENTATIVES. <http://clerk.house.gov/evs/2006/roll411.xml>. Acesso em 05/07/2013

U.S. NRC. Atomic Energy Act of 1954. Disponível em www.nrc.gov/about-nrc/governing-laws.html#aea-1954. Acesso em 05/07/2013.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Departamento de
Ciência Política
Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política